

# Legislação | Juventude

## ***Cultura e Criatividade***

- **Programa Jovens Criadores**
  - [Portaria n.º 50/2018 de 15 de fevereiro](#) - Criação do Programa Jovens Criadores, que visa apoiar a criação e produção, por jovens, de atividades culturais e artísticas, bem como a sua difusão

## ***Associativismo Jovem***

- [Portaria n.º 286/2020 de 14 de dezembro](#) - Procede à alteração da [Portaria n.º 1227/2006](#), que regula o reconhecimento das associações juvenis sem personalidade jurídica, à alteração da [Portaria n.º 1228/2006](#), que cria o Registo Nacional do Associativismo Jovem (RNAJ) e aprova o respetivo Regulamento, e à alteração da [Portaria n.º 1230/2006](#), que cria os programas de apoio financeiro ao associativismo jovem (PAJ, PAI e PAE) e aprova o respetivo Regulamento

- [Portaria n.º 284/2020 de 11 de dezembro](#) - Procede à criação do Plano Nacional de Incentivo ao Associativismo Estudantil

- [Lei 57/2019 de 7 de agosto](#) – Primeira alteração ao regime jurídico do associativismo jovem
- [Portaria n.º 1276/2010](#) – 3.ª alteração ao Regulamento dos Programas e Apoio Financeiro ao Associativismo Jovem, aprovado pela Portaria n.º 1230/2006
- [Decreto-Lei n.º 36-A/2011](#) - Regime da Normalização Contabilística para Entidades Sem Fins Lucrativos
- [Portaria n.º 10/2013](#) - Prazos e redimensionamento das tranches de apoio do Programas de Apoio ao Associativismo Jovem
- [Portaria n.º 382/2017](#) - Programa Formar+
- [Portaria 160/2019](#) – Alteração do Programa Incentivo ao Desenvolvimento Associativo
- Declarações de Retificação
  - [n.º 1/2007](#) (Portaria n.º 1229/2006)
  - [n.º 2/2007](#) (Portaria n.º 1228/2006)
  - [n.º 3/2007](#) (Portaria n.º 1230/2006)
  - [n.º 4/2007](#) (Portaria n.º 1227/2006)
- [Técnico de Juventude](#) – perfil profissional

## ***Habitação, Emprego e Empreendedorismo***

- **Garantia para a Juventude**
  - [Resolução do Conselho de Ministros n.º 188/2021 de 30 de dezembro](#) - Altera o Plano Nacional de Implementação de Uma Garantia Jovem
- **Programa «Trajetos»**
  - [Portaria n.º 98/2022 de 18 de fevereiro](#) - Procede à criação e regulamentação do Programa Trajetos, que tem como objetivo promover o acesso a oportunidades de educação, formação, emprego ou empreendedorismo por parte de jovens que não se encontram a trabalhar, a estudar ou em formação, tendo em vista a implementação da renovada Garantia Jovem

## Saúde Juvenil

- [Lei n.º 60/2009](#) - A presente lei estabelece a aplicação da educação sexual nos estabelecimentos do ensino básico e do ensino secundário
- [Portaria n.º 196-A/2010](#) - Regula a Lei n.º 60/2009 que estabelece a educação sexual nos estabelecimentos do ensino básico e do ensino secundário e define as respetivas orientações curriculares adequadas para os diferentes níveis de ensino
- [Resolução da Assembleia da República n.º 46/2010](#) - Direito à informação e acesso aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres ao longo do seu ciclo de vida
- [Portaria n.º 258/2019 de 19 de agosto](#) - Programa «Cuida-te+» que tem como objeto a promoção da saúde e dos estilos de vida saudável junto dos jovens.
- [Lei n.º 16/2007](#) - Exclusão da ilicitude nos casos de interrupção voluntária da gravidez
- [Lei n.º 136/2015](#) - Primeira alteração à Lei n.º 16/2007
- [Lei n.º 90/2001](#) - Define medidas de apoio social às mães e pais estudantes
- [Lei n.º 60/2017](#) - Primeira alteração à Lei n.º 90/2001 que define medidas de apoio social às mães e pais estudantes
- [Lei n.º 12/2001](#) - Define a natureza e as condições de acesso à contraceção de emergência
- [Decreto-Lei n.º 259/2000](#) - Regulamenta a Lei n.º 120/99, fixando condições de promoção da educação sexual e de acesso dos jovens a cuidados de saúde no âmbito da sexualidade e do planeamento familiar
- [Lei n.º 120/99](#) - Reforça as garantias do direito à saúde reprodutiva
- [Lei n.º 3/84](#) - O Estado garante direito à Educação Sexual, como componente do direito fundamental à educação

## Voluntariado e Tempos Livres

- [Lei n.º 71/98](#) - Bases do enquadramento jurídico do Voluntariado. A presente Lei visa promover e garantir a todos os cidadãos a participação solidária em ações de voluntariado e definir as bases do seu enquadramento jurídico
- [Decreto-Lei n.º 389/99](#) - Regulamento do Voluntariado. O presente diploma regulamenta a Lei n.º 71/98, de 3 de novembro, que estabeleceu as bases do enquadramento jurídico do voluntariado
- [Decreto-Lei n.º 176/2005](#) - Altera o Decreto-Lei n.º 389/99
- [Decreto-Lei n.º 39/2017](#) - Atribui à CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, as atribuições para a prossecução das políticas de voluntariado, na área não consultiva
- [Decreto-Lei n.º 48/2017](#) - Criou a Comissão de Políticas de Voluntariado, integrada no CNPSSS – Conselho Nacional para as Políticas de Solidariedade e Segurança Social
- [Decreto-Lei n.º 33/2018](#) - que **repristina** ([i][i])“o regime previsto no Decreto-Lei 389/99, (...) com exceção das normas relativas ao Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado.”
- **Programa Agora Nós**
  - [Portaria n.º 242/2013](#) - Criou o Programa Agora Nós, com os objetivos de promover e estimular a prática de voluntariado, como meio de aquisição de competências
- **Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas**

○

[Despacho n.º 6407/2023, de 12 de junho](#) - Reconhece-se às entidades promotoras do programa «Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas» condições para integrar voluntários/as e coordenar o exercício da sua atividade.

○

○

[Regulamento n.º 412/2023, de 3 de abril](#) - Estabelece os preceitos pelos quais se rege a operacionalização do programa «Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas».

- 
- 

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 22/2023, de 15 de fevereiro](#) - Aprova o programa «Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas» para os anos de 2023 a 2026 e autoriza a respetiva despesa.

- 
- 

[Resolução de Conselho de Ministros 166/2017, 2 de novembro](#) - Cria o programa «Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas», cuja gestão e avaliação ficam a cargo do Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.

- 

- [Despacho de Utilidade Pública - Entidades Promotoras VJNF](#)

- **Campos de Trabalho Internacionais**

- [Portaria n.º 345/2006](#) - Cria o Programa Mobilidade e Intercâmbio para Jovens e aprova o Regulamento que visa a realização de campos de Trabalho Internacionais, através de atividades que incentivem a troca de experiências e o conhecimento de novas realidades socioculturais

- **Programa OTL - Ocupação de Tempos Livres**

- [Portaria 205/2013](#) - Regulamento do Programa OTL que visa proporcionar aos jovens experiências em contexto de aprendizagem não-formal ou em contexto ativo de trabalho, permitindo desenvolver capacidades e competências e contribuindo para uma ocupação dos tempos livres de forma saudável.

- 

[Despacho n.º 2737/2022](#) - Implementação do Programa de Ocupação de Tempos Livres (OTL) no ano de 2022, nas modalidades de curta e longa duração

- 

- **Programa Férias em Movimento**

- [Portaria n.º 183/2017](#) - Programa Férias em Movimento e respetivo Regulamento que visa promover a ocupação saudável dos tempos livres dos jovens no período de verão, através da prática de atividades lúdico-formativas, e incentivar o conhecimento de diversas regiões do País

- **Campos de férias - Registo de entidades organizadoras:** Regras para a realização de campos de férias para crianças e jovens dos 6 aos 18 anos.

- [Decreto-Lei n.º 32/2011](#) - Estabelece o regime jurídico de acesso e de exercício da atividade de organização de campos de férias
- [Decreto-Lei n.º 9/2021](#) - Aprova o Regime Jurídico das Contraordenações Económicas
- [Despacho n.º 6505/2011](#) - Fixa a taxa devida pelas entidades organizadoras dos campos de férias
- [Portaria n.º 586/2004](#) - Regulamenta os campos de férias quanto ao licenciamento das instalações destinadas ao alojamento e pernoita
- [Portaria n.º 629/2004](#) - Estabelece o seguro obrigatório de acidentes pessoais em atividades de campos de férias

- **Passe Jovem**
  - [Portaria n.º 336/2017](#) - Cria o certificado «Passe Jovem». O Passe Jovem é um instrumento de registo de participação, de reconhecimento e validação de aprendizagens desenvolvidas por jovens, em processos e atividades do domínio da educação não formal, fora do contexto escolar

## ***Cidadania e Participação***

- **Programa Euroscola**
  - [Regulamento n.º 177/2019](#) - Regulamento do Programa «Euroscola» nacional. O presente Regulamento define as normas e procedimentos de participação no Programa «Euroscola», organizado pelo Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., e pelo Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal.
  - 
  - [Regulamento n.º 313/2024](#) - Procede à alteração e republicação do Regulamento n.º 177/2019, de 21 de fevereiro, que regulamenta o Programa «Euroscola».
  -
- **Programa «Parlamento dos Jovens»**
  - [Resolução da Assembleia da República n.º 42/2006](#) - Aprova o Programa «Parlamento dos jovens»
- **Orçamento Participativo Jovem**
  - [Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/2017](#) - Aprova os princípios técnicos, a metodologia e as regras de operacionalização aplicáveis à edição de 2017 do Orçamento Participativo Jovem Portugal;
  - [Resolução do Conselho de Ministros n.º 67/2018](#) - Aprova os princípios técnicos, a metodologia e as regras de operacionalização do Orçamento Participativo Jovem Portugal para o ano de 2018
  - [Resolução do Conselho de Ministros n.º 59/2019](#) - Aprova os princípios técnicos, a metodologia e as regras de operacionalização do Orçamento Participativo Jovem Portugal para o ano de 2019
- **Programa Escolhas**
  - [Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2009](#) - Renovação do Programa Escolhas para 2010-2012
  - [Despacho normativo n.º 27/2009](#) - Regulamento do Programa Escolhas 2010-2012
  - [Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2001](#) - Programa Escolhas
  - 
  - [Resolução do Conselho de Ministros n.º 71/2020](#) - Aprova a 8.ª geração do «Programa Escolhas», para o período de 2021 a 2022
  -
- **Recenseamento Militar**
  - [Decreto-Lei n.º 52/2009](#) - Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 289/2000 definindo as ações necessárias ao recenseamento militar e os mecanismos de articulação entre os organismos do Estado

- [Decreto-Lei n.º 289/2000](#) - Lei do Serviço Militar
- **Recenseamento Eleitoral**
  - [Lei n.º 13/99](#) - Estabelece o novo regime jurídico de recenseamento eleitoral
  - [Lei n.º 3/2002](#) - Primeira alteração à Lei n.º 13/99
  - [Lei n.º 47/2008](#) - Consagra medidas de simplificação e modernização que asseguram a atualização permanente do recenseamento
  - [Lei Orgânica n.º 4/2005](#) - Flexibiliza os mecanismos de realização de referendo
  - [Lei Orgânica n.º 5/2005](#) - Terceira alteração ao regime jurídico do recenseamento eleitoral
  - [Lei Orgânica n.º 3/2010](#) de 15 de Dezembro - alarga o regime de voto antecipado a estudantes deslocados

## ***Estratégias nacionais***

- **Estratégia Nacional de Combate à Pobreza**
  - [Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2021](#) - Aprova a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030
  - 
  - [Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2020](#) - Aprova a Estratégia Nacional para os Direitos da Criança para o período 2021-2024